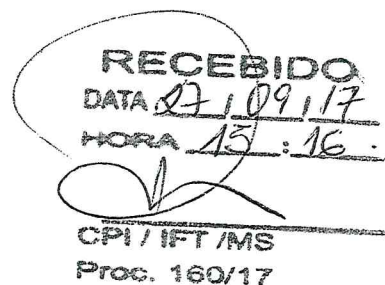


Andréa Flores  
& Rejane Alves de Arruda

**Excelentíssimo Senhor Presidente da CPI das Irregularidades Fiscais e  
Tributárias do Estado de Mato Grosso do Sul**



**Zelito Alves Ribeiro**, brasileiro, casado, portador do RG nº 739315 SSP/MS e do CPF nº 596.165.981-04, residente à Rua Piratininga, 1700, apartamento 1902, em Campo Grande/MS, vem, por intermédio de suas advogadas (doc. 01), no âmbito da “CPI das Irregularidades Fiscais e Tributárias do Estado de MS”, expor e requerer o que se segue.

O requerente foi convidado, por meio do Ofício nº 047/PTRES/CPI-IFT, assinado pelo Presidente da referida CPI, Sr. Deputado Estadual Paulo Corrêa, a prestar depoimento perante a Comissão de Inquérito no dia 27/09/2017, às 15h30min; ou, na impossibilidade de comparecer, a demonstrar, por escrito, esclarecimentos quanto à sua relação com a empresa JBS, informando os negócios que celebrou, com apresentação de documentação comprobatória.

E, nesse aspecto, o requerente, estando impossibilitado de comparecer pessoalmente para ser ouvido, em razão de compromissos profissionais na cidade de Sidrolândia – MS, serve-se da presente para prestar os esclarecimentos requisitados pelo Presidente da CPI-IFT, por escrito.

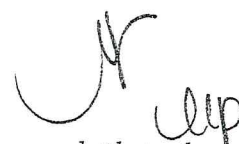


O requerente fora mencionado na delação premiada realizada por Joesley Batista junto ao Ministério Público Federal, na Operação Lava-Jato – que, por sua vez, deu causa à instauração da CPI-IFT - como tendo emitido três “notas fiscais frias” em favor da empresa JBS, no valor total de R\$1.758.701,00 (um milhão setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e um reais).

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que o requerente é proprietário de uma grande propriedade rural no município de Aquidauana/MS, tendo, atualmente, um rebanho com mais de 9.000 (nove mil) bovinos. Por tal razão, o requerente mantém relação comercial com a JBS/Friboi há mais de 10 anos. Especificamente no ano de 2016, ano em que foi atribuída a emissão de “notas frias”, o requerente comercializou com a JBS/Friboi um total de 2.127 (dois mil, cento e vinte e sete) bovinos.

Desta feita, a fim de **demonstrar que, efetivamente, ocorreu a comercialização do gado de que tratavam as ditas notas fiscais**, junta os seguintes documentos (em forma de mídia):

- a) Todas as notas fiscais emitidas em 2016 para Friboi/JBS/SA, inclusive as de nº 42605 (16.09.2017) e nº 43092 (08.11.2016) demonstrando a intensa comercialização com o referido frigorífico – de janeiro de 2016 a dezembro de 2016 foram vendidos à JBS 2.067 bois e 60 fêmeas (doc. 02);
- b) As Guias de Trânsito Animal eletrônicas (GTAs) do gado destinado à JBS dos meses de setembro a novembro de 2016, que demonstram a efetiva retirada do gado da Fazenda Iguaçu com destino ao Frigorífico JBS (doc. 03);
- c) Extrato de produtor do período de 01.01.2016 a 31.12.2016 (doc. 04);





d) Termo de vistoria e contagem de rebanhos bovinos e bubalinos expedido pelo IAGRO, do período de 11.09.2017 a 17.09.2017 (doc. 05);

Em outras palavras, **o requerente informa que não houve a emissão e o pagamento de notas fiscais sem o devido fornecimento de bens ou serviços**, muito menos em troca de concessões indevidas de incentivos fiscais à empresa JBS/Friboi, o que resta comprovado pela documentação anexa, já especificada.

Por fim, **por estarem esclarecidas as questões levantadas por esta Comissão, requer, desde logo, sejam consideradas as alegações acima redigidas, como suficientes, em resposta ao Ofício nº 047/PTRES/CPI-IFT.**


Termos em que pede deferimento.

Campo Grande, 27 de setembro de 2017.

**Rejane Alves de Arruda**  
OAB/MS 6973



**Andréa Flores**  
OAB/MS 6369



**Maria Paula de A. Nunes da Cunha Bueno**  
OAB/MS 22.000